



DILEMAS INTERSETORIAIS DO PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

DILEMMAS INTERSECTORAL PAC DEVELOPMENT OF SETTLEMENTS SLA

<i>Recebido em:</i>	04/05/2015
<i>Aprovado em:</i>	19/08/2015

Wesley Silva Medeiros¹

RESUMO

Neste artigo são discutidos alguns dilemas intersetoriais entre políticas públicas urbanas setoriais e PAC Urbanização de Assentamentos Precários, a partir da experiência de urbanização do assentamento Guarituba na Região Metropolitana de Curitiba. Desse modo, os resultados possibilitaram uma leitura empírica da realidade estudada de modo a ampliarmos compreensões da ausência da intersectoriedade entre políticas públicas urbanas e ações governamentais em curto prazo. Isto é, dilemas que perpassam a trajetória desde a tomada de decisão até o momento pós-execução da ação. Também possibilitou vislumbrarmos como o PAC poderia ter integrado algumas políticas programas no contexto do Planejamento Urbano.

Palavras-chave: Intersectoriedade Política; PAC Urbanização de Assentamentos Precários; Políticas Públicas Urbanas e Ambientais.

¹ Mestrando no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Arquiteto.



ABSTRACT

This article discusses some intersectoral dilemmas between sectoral urban policies and CAP Settlements Upgrading slums, from the urbanization experience Guarituba settlement in the Metropolitan Region of Curitiba. Thus, the results allowed an empirical reading of reality studied in order to broaden understanding of the absence of intersectoriality between urban public policies and government actions in the short term. It dilemmas that cut across the path from decision making to post-action execution time. Also enabled vislumbarmos as the CAP could have built some political programs in Urban Planning context.

Key-words: Intersectorialidade Policy; CAP Urbanization of Slums; Urban and Environmental Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

Os fenômenos urbanos após a industrialização determinaram as narrativas empíricas em torno das atividades humanas no espaço urbano de suas relações, de modo que a construção do pensamento urbano brasileiro está atrelada aos processos de ocupação do território.

Os assentamentos precários como locus da ocupação do espaço urbano, simbolizam a imagem socioespacial fragmentada da cidade, quando temos por elementos fundamentais as classes de baixa renda sem condições de acesso ao habitat urbano quantificável/qualificado e o Estado como Instituição ausente na promoção dos direitos sociais fundamentais para a vida.

Ao tomarmos a atuação do Estado após criação do Ministério das Cidades (MC) em 2003 para reverter à lógica da exclusão que mantêm essa condição, notamos a ausência de um estudo analítico sobre a relação intersectorial das políticas setoriais urbanas (territorial



e habitacional) com as ações para urbanização de assentamentos precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Estudos nesse sentido, mas com outras formas de abordagens teóricas e metodológicas foram conduzidos por (MAGALHÃES, 2014), (REZENDE e TAQUEDA, 2014), (LIMA et al, 2014) (CORINA et al, 2014), cujas abordagens analíticas e discursivas tratam da intersectoriedade como desafio à efetividade das políticas públicas urbanas no contexto institucional do MC.

Assim, toma-se o PAC Urbanização de Assentamentos Precários como ação governamental fundamentada pelas demais políticas públicas do MC para urbanizar, regularizar e requalificar áreas degradadas, promover as infraestruturas e serviços públicos e o habitat urbano de maneira articulada as demais políticas públicas de promoção ao direito à cidade (BRAZ, 2013; BRASIL, 2009; DOMINGUES et al, 2009).

O Objeto de estudo é o assentamento precário Guarituba no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba (RMC) onde o autor participou e acompanhou processos de construção das políticas habitacionais. Desse modo, o primeiro objetivo da pesquisa foi analisar se as ações do PAC para o Guarituba se relacionam com a política territorial e habitacional do Município de Piraquara. O segundo foi evidenciar dilemas que caracterizam relações políticas entre uma ação governamental em curto prazo (PAC urbanização de assentamentos Precários) e políticas públicas urbanas setoriais (territorial e habitacional) em longo prazo. Os resultados contribuem para discussões em curso sobre a intersectoriedade e, principalmente, quais conflitos permeiam relações diversas entre as decisões dos entre federados.

Por tanto, este artigo está definido em quatro partes: i) fundamentação sobre o tema da intersectoriedade política; ii) desenvolvimento dos procedimentos metodológicos; iii) discussão dos dilemas evidenciados; e iii) considerações finais.



2 INTERSETORIEDADE ENTRE POLÍTICAS URBANAS

Na última década a cultura das políticas públicas tem sido um dos momentos marcantes dos Governos Lula e Dilma, constituindo-se uma ação pública convergente a desvincular a condição da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais das classes de baixa renda. Se por um lado pode-se traçar uma leitura otimista, por outro questiona-se até onde a Gestão Urbana tem condições de programar e implementar essas políticas.

Em meio a essa dualidade, no campo das políticas públicas urbanas a intersectorialidade tem tomado o debate sobre como integrar o desenho não apenas das políticas públicas, mas das instituições políticas e dos poderes executivos. Esta ideia surge das deseconomias identificadas pela ausência do diálogo entre os desenhos de atuação (planos, legislações, programas, ações e atividades) e, principalmente, as relações das instituições políticas e financeiras.

Em 2013, o Conselho Nacional das Cidades junto ao MC fomentaram na conferência das cidades, entre Estados e Municípios, a discussão do eixo temático: instrumentos e políticas de integração intersectorial e territorial, como procedimento para a construção dos instrumentos indispensáveis ao desenho político do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano².

No âmbito da conferência, a intersectorialidade foi compreendida como condicionante para a efetividade dessas políticas em suas principais fases, diminuindo riscos internos/externos durante a implementação ou reavaliação do processo de planejamento. Esses riscos são imensuráveis, pois o espaço-tempo das fases é diferente do imenso conjunto de variáveis, elementos e sistemas que atuam junto à dinâmica socioespacial da cidade.



No interior da administração pública, esta noção está relacionada à fragmentação da tomada de decisões, onde diferentes políticas públicas atuam em campos diferentes, com processos, tomadas de decisões e avaliações convergentes mais também divergentes, distanciando os princípios da integração política e participativa, fragilizando a eficácia dos objetivos (NASCIMENTO, 2010; JUNQUEIRA, 1998).

Considerando a última década e os avanços na construção das políticas públicas urbanas (MARICATO, 2006; ROLNIK, 2006; SCHVARBERG, 2013) a intersectoriedade parece emergir como campo onde essas políticas podem/devem se integrar, pois como a experiência do MC é recente, parece existir dificuldades da gestão urbana em lidar com tantas políticas setoriais e programas de governo em curto prazo. Sobre esta visão Tumelero (2013, p.1) conceitua a intersectoriedade política como:

“Possibilidade de superação de práticas fragmentárias ou sobrepostas na relação com os usuários de serviços estatais, ou mesmo de serviços ofertados por organizações privadas sob iniciativas da sociedade civil ou de fundações empresariais. No campo das produções intelectuais a intersectorialidade é identificada em sua problematização conceitual, sob análises de características gerenciais nas teorias da administração pública e em debates acerca das finalidades de seu uso sob o ponto de vista ético, político e de projetos societários”. (TUMELERO, 2013, p. 1).

Há portanto o reconhecimento da intersectoriedade como estratégia para integrar e articular políticas públicas de uma determinada dimensão do planejamento da cidade (COMERLATTO et al, 2007; MONNERAT E SOUZA, 2010; SILVA, 2008, GARAIAU, 2013).

² O SNDU está em processo de construção desde a primeira conferência em 2003. Seu principal objetivo é integrar as diversas políticas públicas da cidade.



Dessa perspectiva, a criação do MC representa um marco institucional para integração das políticas públicas urbanas de habitação, saneamento, mobilidade urbana e transporte tendo na política territorial seu eixo condutor. Ao mesmo tempo, o PAC surge como ação governamental canalizando diretrizes dessas políticas, fragilizando todo processo de planejamento político, pois sua essência é desburocratizar os canais dos processos decisórios e implementar grandes projetos em curto prazo.

3 ASSENTAMENTO PRECÁRIO GUARITUBA COMO QUESTÃO URBANA E AMBIENTAL

Neste cenário nacional é que está envolvido o objeto de estudo, o Guarituba, maior assentamento precário da Região Metropolitana de Curitiba, no município de Piraquara. Seu processo de ocupação aconteceu de forma irregular, sob área dos mananciais de abastecimento público da grande Curitiba (PELLIZZARO et al, 2008).

O rápido aumento da mancha urbana e do contingente populacional consolidou, de um lado, a questão urbana fundiária atrelada a ausência e deficiência das infraestruturas urbanas, sociais e respectivos serviços públicos, de outro, o aumento dos riscos ambientais. Estudos realizados por Geraldi (2010) evidencia uma população de 44 mil habitantes de baixa renda vivendo em condições precárias.

Ademais, o modo de ocupação interiorizada no Guarituba sem presença do Estado, estabeleceu o cenário das desigualdades de acesso à cidade formal sem ações políticas capazes de entender e enfrentar este fenômeno. Surge como resposta à mitigação dos impactos diversos, o PAC Urbanização de Assentamentos Precários (PAC Guarituba) ³. Esse vem sendo um dos principais mecanismos governamentais dos três poderes em atuação na

³ O Programa teve início em 2007, finalizado sua execução entre 2013 e 2014. Faltam ainda projetos de requalificação ambiental de áreas degradadas.



RMC convergindo para superação do déficit habitacional no contexto municipal e metropolitano.

No momento que a urbanização do Guarituba inicia e se amplia, surge a questão da intersectoriedade entre as políticas públicas urbanas, pois em Piraquara existe uma série de políticas (habitação, físico territorial, ambiental, fundiária e social) para mitigar a precariedade do assentamento associadas ainda às metropolitanas (ambiental e físico territorial).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção deste artigo resulta da experiência do autor na fase de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social e participação na elaboração do Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, respectivamente em 2012, associada à análise de conteúdo. O desenvolvimento da análise possibilitou uma leitura dos conflitos do PAC Urbanização de Assentamentos Precários em relação à Política Urbana de Ordenamento Territorial Municipal, cujos dilemas evidenciados interpretam a intersectoriedade política como fio condutor à mitigação das deseconomias entre políticas urbanas setoriais e ações governamentais em curto prazo. Embora tenhamos dissociado, sabemos que as ações em curto prazo também são políticas públicas urbanas, trata-se apenas de entender as políticas setoriais enquanto conjunto de diretrizes que podem orientar as ações.

5 FASES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida tendo na abordagem exploratória qualitativa sua natureza metodológica em relação aos objetivos. Assim, a primeira etapa corresponde ao primeiro objetivo: analisar se as ações do PAC para o Guarituba se relacionam com a política territorial e habitacional do Município de Piraquara. Para tanto, a abordagem



qualitativa do problema teve como objetivo descrever associações ou dissociações entre ações do PAC, Plano Diretor Municipal de Piraquara (LEI nº. 854/2006) e Plano de Habitação e Regularização Fundiária. A análise documental foi o procedimento adotado, sendo possível contextualizar a dimensão de quais estratégias estão previstas para mitigar a precariedade do Guarituba, onde se observou os dilemas intersetoriais.

Esta análise resultou em uma segunda etapa em relação ao segundo objetivo: evidenciar e discutir dilemas que caracterizam relações políticas entre uma ação governamental em curto prazo (PAC urbanização de assentamentos Precários) e políticas públicas urbanas (territorial e habitacional). A sintetização dos dados e informações levantadas resultou nos seguintes eixos de discussão e posterior elaboração deste artigo: a) estratégias políticas previstas após diagnóstico do Guarituba pelas políticas locais; b) participação social no processo decisório das ações do PAC; c) ações executadas e conflitos evidenciados; d) gestão urbana e controle social do resultado das ações. Por fim, esses eixos foram discutidos como deseconomias entre as estratégias políticas previstas entre o Programa de Aceleração do Crescimento e as Políticas Públicas Urbanas setoriais.

6 DECODIFICANDO OS DILEMAS

O desenho das políticas públicas setoriais analisadas converge a um processo de mitigação da questão urbana municipal, constituída principalmente nas formas de ocupação urbana do Guarituba. Este, tratado como centro do planejamento urbano e habitacional, ou seja, de uma política convergente ao desenvolvimento urbano, enquanto ações do PAC sintetizam a “questão urbana e soluções” sem o mesmo percurso metodológico fragilizando o primeiro processo. A reflexão aqui desenvolvida correlaciona momentos que o PAC poderia ter ampliado sua capacidade para um diálogo intersetorial e sua própria desvinculação de tal contexto.



Do ponto de vista do planejamento urbano o assentamento não está apto a de urbanização, pois significa pôr recursos os mananciais de abastecimento público em risco. Portanto, trata-se de um aglomerado urbano limitado por um conjunto de mecanismos políticos no que desrespeito ao seu crescimento e desenvolvimento.

Sintetizamos algumas leituras do PAC enquanto interpretação de seu caráter intersetorial dentro de uma perspectiva empírica e política, mesmo que na prática sua execução signifique controvérsias diversas.

A capacidade do programa em articular políticas públicas poderia ter dado suporte ao produto final da ação cujos fins pudessem refletir o papel da gestão urbana além de uma leitura tecnicista como parece ser o PAC. Este, tem suas ações desvinculadas, fragmentadas e isoladas da compreensão do planejamento urbano, habitacional e ambiental em curto e longo prazo. Os investimentos são aplicados em áreas não prioritárias a um processo de urbanização que dá margem à expansão e ao adensamento urbano, demandando investimentos do poder público para garantir o controle da urbanização. Não existe um cenário desenhado do que virá após a urbanização, portanto o poder local não tem ideia de quais processos socioespaciais está por vir.

Por outro lado, existem zonas urbanas, aptas à construção e consolidação de um tecido urbano articulado ao centro. Essa experiência de urbanização desconstrói o esforço local na construção de suas políticas urbanas, seus processos participativos, sua institucionalidade e autonomia diante da possibilidade de garantir a promoção do direito à cidade.

Um cenário oposto, onde o diálogo intersetorial fosse possível, os recursos certamente seriam investidos nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) delimitadas na Lei do Plano Diretor Municipal. Essas zonas possuem áreas sem ocupação, algumas próximas aos serviços públicos e as principais centralidades de comércio, cultura, lazer, educação, transporte público e etc., ao contrário das áreas que receberam mais



investimentos públicos pelo PAC, o que demanda do poder público local, outro esforço pós-execução das ações. Toma-se como exemplo os recursos aplicados na produção habitacional em uma gleba suscetível à inundação, demandando altos investimentos⁴ em projetos especializados à contenção de riscos e drenagem urbana, segundo informações documentadas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)⁵.

O que levou a essas decisões permeia um campo de quais interesses? Ou está mais relacionado ao um marketing político? Questão difícil de responder, pois não existem ou não são acessíveis documentos sobre o processo decisório. Na prática, as condicionantes ambientais, urbanísticas, paisagísticas, sociais, culturais e demográficas não são, neste estudo, evidenciadas como suporte material e imaterial na implementação das ações e resultados.

Observamos assim, um segundo caráter intersetorial possível – reduzir interesses políticos e ampliar a capacidade efetiva das decisões provenientes da política territorial, habitacional e de regularização fundiária do município. Ao contrário, da maneira como o programa se materializa, algumas deseconomias são observadas:

a) **as políticas** – os três poderes não conseguem construir uma política conjunta eficaz para mitigar questões emergenciais, estabelecendo um cenário prospectivo em relação a questão urbana central. Certamente não há novidade em relação a outros estudos, mas cabe aqui reforçar que o Executivo Federal e Estadual atua de maneira a solucionar uma questão estrutural, mas o Municipal continua sendo prejudicado, pois terá de lidar com novas formas de urbanização e controle social dependentes de recursos Federais e Estaduais.

⁴ Os valores por projeto atualizados não foram acessados.

⁵ O PLHIS consultado não foi finalizado/aprovado e encontra-se em nova fase de elaboração.



b) **as econômicas** – investimentos são aplicados para urbanizar áreas não passíveis a urbanização e sem equipamentos e serviços públicos urbanos e sociais, mesmo que seja possível a aplicação em zonas aptas e próximas a serviços públicos;

c) **as institucionais** – decisões políticas a nível federal superam o caráter funcional das instituições políticas municipais e estaduais, fragilizando não apenas a dimensão da gestão pública, mas a oportunidade dessas gestões construírem outras experiências de urbanização de assentamentos precários fora dos moldes estabelecidos pelo PAC;

d) **as participativas** - já que as decisões fundamentadas em estratégias políticas em curto prazo estão fragmentadas do desenho em longo prazo e excluem não apenas as instituições políticas locais, mas também os movimentos populares e a própria população do processo decisório.

O discurso presente nos objetivos do programa de modo algum são uma realidade na prática. Suas potencialidades estão muito mais no plano secundário do que nas reais mudanças urbanas. A ausência desse suporte fragiliza o desenho político do PAC Guarituba, ao buscar na regularização fundiária soluções para irregularidade da terra; no conjunto habitacional repostas materiais para áreas de risco; no trabalho técnico social uma aproximação sociopolítica com os beneficiários e não à cidade, e na promoção das infraestruturas e serviços urbanos e sociais a inclusão da população local. Prevaecem, portanto, ações instrumentais dispersas, pontuais, influenciadas pela cultura da fragmentação política institucional.

Estas relações ignoram a capacidade do poder público local em realizar o controle social e urbano da área após execução das ações de urbanização, terceira dimensão intersetorial que o programa poderia ter contemplado.

O diagnóstico do Plano Diretor Municipal sintetiza as dificuldades do poder público local em relação aos recursos humanos, estrutura física, tecnológica, institucional e de



experiência para coordenar atividades de fiscalização e controle social das ocupações urbanas.

Ao que parece o Poder Local deverá lidar com as seguintes questões no momento pós-execução: a) acompanhamento das famílias; b) manutenção da integridade física e social do conjunto habitacional; c) manutenção das áreas desocupadas; d) fiscalização das irregularidades domiciliares de acesso à energia, água e principalmente do adensamento dos lotes regularizados.

Por fim, a amplitude do programa não se articula aos interesses dos movimentos sociais do Município e Região, na análise documental, foi possível evidenciar a ausência de uma discussão das propostas com os movimentos sociais e técnicos municipais no sentido de criar diálogos sintetizados por este estudo.

Conclui-se não como verdade permanente, mas como experiência em curso, que o programa não está em sintonia direta com o interesse de quem vivencia a prática da realidade, com a dos gestores públicos, acadêmicos, movimentos sociais, instituições internas e externas e nem mesmo com as conferências das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos metodológicos adotados para identificarmos quais dilemas permeiam o conjunto de ações do PAC Urbanização de Assentamentos Precários em relação ao desenho das políticas públicas municipais no contexto do objeto de estudo, possibilitaram uma leitura empírica da realidade estudada de modo a ampliarmos as compreensões da importância da intersectorialidade entre políticas públicas e ações Governamentais em curto prazo. Também possibilitou vislumbrarmos como o PAC poderia ter integrando-se as principais políticas setoriais oriundas no contexto do Planejamento Urbano.

Reconhecemos que o programa proporciona um cenário de mudanças a precariedade da Guarituba. Seu impacto amplia a imagem da cidade ao mitigar as



vulnerabilidades urbanas e sociais que marcam a vida desses espaços dentro da cidade. Não reconhecer seu impacto seria assumir uma visão pessimista, onde o programa pouco ou nada tem a contribuir para promoção do direito a cidade. Por outro lado, o modelo de urbanização ao concretizar-se apenas pela emergência, desvinculado das demais políticas públicas urbanas assume deseconomias políticas que se fossem evitadas, possibilitaria cenários mais otimistas, tendo em vista que seria utópico imaginar políticas públicas cem por cento eficazes.

Considera-se a inexistência da intersetorialidade como prática política. Argumentamos sua ausência como diminuição das capacidades políticas, institucionais, participativas e financeiras das estruturas políticas de governança e governabilidade municipal. Ao deixar de lado as potencialidades das políticas públicas, o programa traz uma questão que precisa ser entendida pela academia, pelos movimentos urbanos, pelos governos e pelas instituições políticas: qual o papel do Ministério das Cidades, se o PAC inverte a lógica da implementação das políticas urbanas por ele formatadas? Não se pretende responder a indagação, mas deixá-la como contribuição a construção de trabalhos que busquem entender as relações políticas e institucionais dos Governos e Estado.

Logo, este trabalho se constitui como contribuição ao debate científico e político sobre a ausência do diálogo entre políticas públicas e com boas práticas urbanas para urbanização, controle urbano e social das intervenções urbanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, M. C. **Ministério das Cidades: resultados, projeções e ações**. Brasília - DF: Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Cidades, 2009. 123 p.

BRAZ, E.C. A. **Avaliação das obras do PAC a partir do "modelo lógico do projeto"**. Disponível



em<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1118:catid=28&Itemid=23> Acessado em 26 de agosto de 2013.

CORINA, A. B. C. R.; NASCIMENTO, I.S.; BOEIRA, J. G.; SOUZA, P. M. R.; JUNIOR, T. S.

Limites e avanços na intersectoriedade do programa Família Paranaense sob a ótica da Habitação Social. In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

COMERLATTO, D.; COLLISELLI, L. ; KLEBA, M. E. ; MATIELLO, A. ; RENK, E. C. **Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.** Revista Katalysis, v. 10, p. 265-271, 2007.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; FARIA, R. W. **Infraestrutura, Crescimento e Desigualdade Regional: uma projeção dos impactos dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Minas Gerais.** Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (IPEA). (Rio de Janeiro), v. 39, p. 121-158, 2009.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J. **Desafios para implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização.** In: VI Congresso Nacional de Secretários de Estado da Administração, Brasília, 2013.

GERALDI, J. **Entre o real e o percebido: moradia e meio ambiente na Região Metropolitana de Curitiba - o caso do Projeto Novo Guarituba.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, p. 213-228, 2010.

GARAJAU, N. **REFLEXÕES SOBRE A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO SOCIAL.** In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.



JUNQUEIRA, L. A. P. **Descentralização e Intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal.** RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 11-22, 1998.

LIMA, C. H. ; ABLA, M. ; ANDREOLI, M. C. **Grandes estruturas do PAC em favelas: o caso do teleférico do Alemão.** In: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014, São Bernardo do Campo. In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano: Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista.** Boletim Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 211-220, 2006.

_____. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. . **Política Social e Intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos.** Ser Social (UnB), v. 12, p. 200-220, 2010.

MAGALHÃES, A. F. **A Urbanização de Favelas e seus Corolários: a introdução da legislação de uso do solo em Favelas "Urbanizadas".** In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.

NASCIMENTO, S. **Reflexões sobre a intersetorialidade entre as Políticas Públicas.** Serviço Social & Sociedade, v. 101, p. 95-120, 2010.

PELLIZZARO, P. C.; HARDT, L. P. A. ; BOLLMANN, H. A. ; HARDT, C. **Urbanização em áreas de mananciais hídricos: estudo de caso em Piraquara, Paraná.** Cadernos Metr6pole (PUCSP), v. 19, p. 221-243, 2008.

REZENDE, H. D.; TAQUEDA, J. C. **Do Centro à Ponta: desdobramentos da Política Habitacional no município de Taboão da Serra (2005-2012).** In: Anais do I Seminário Nacional de Urbanização de Favelas (URBFAVELAS), 2014.



ROLNIK, R. **Exclusão Territorial e Violência**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.4, 1999.

_____. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o País - avanços e desafios**. Boletim Políticas Sociais (IPEA), v. 12, n. 12, p. 199-210, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 120.

SILVA, G. T. **Políticas públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado**. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 19, p. 81-97, 2008.

SCHVARSBURG, B. **Instrumentos do Estatuto da Cidade: planejamento urbano e plano diretor (curso a distância)**. Ministério das Cidades, Brasília - DF, p. 1-32, 2013.